

ATA Nº 194

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, nº 34, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal da Assistência Social, sob a presidência da conselheira Alcimara Bosa Pereira, estando presentes os seguintes conselheiros: Daniela Machado Cruz (Trabalhador do Setor), Mara C. P. Pereira (Secretaria de Assistência Social), Maria Ivonete S. Romualdo (Secretaria de Educação e Cultura), Tatiana da Silva Fernandes (Trabalhador do Setor), Waldete Goulart João (APAE), Giovani Souza Moraes (Secretaria de Administração e Finanças). Ainda estiverem presentes: Lúcia M. da Silva (SAS), Felipe (Assessoria Jurídica PMCB), José Anselmo Pereira (Contabilidade PMCB), Katiane Vargas de Sousa Borges (SAS), Mário Sérgio Rodrigues (Grupo Escoteiros Carijós) e Elizabeth Maccari (SAS). A técnica Elizabeth iniciou a reunião expondo os assuntos a serem discutidos: a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social que serão apresentadas pelo senhor José Anselmo, a questão jurídica a ser cumprida pela Secretaria de Assistência Social e explanada pelo advogado Felipe, bem como a apresentação dos trabalhos realizados pelo 18º Grupo de Escoteiros Carijós a ser apresentado pelo presidente Mário. Elizabeth passa a palavra ao senhor José Anselmo, que explica detalhadamente as contas dos últimos três meses, sendo que José Anselmo pede a Katiane que explique melhor o adiantamento recebido pela mesma no valor de R\$ 500,00, esta relata que o adiantamento se trata de compras para o Abrigo Institucional, demonstrando as notas fiscais para apreciação dos (as) conselheiros (as). Elizabeth questiona José Anselmo referente à revisão/alteração da funcionária: Sabrina Medeiros da Silva, que inicialmente entrou na folha de pagamentos dos funcionários da SAS, mas que atualmente esta lotada no CMDCA, portanto devendo fazer parte dos gastos da administração, pois em lei o CMDCA é um órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito. José Anselmo ressalta que esta questão deverá ser passada para o departamento pessoal da prefeitura, pois não chega a contabilidade a informação do nome das pessoas que integram o custo de cada local. O mesmo finaliza sua apresentação expondo as contas, no total de R\$ 407.129,38, e ficou retido o valor de R\$ 26.481,22, totalizando o valor de R\$ 38.0648,16. As contas aprovadas por este Conselho sem ressalvas. Elizabeth sugere que seja feito pela contabilidade um relatório resumo, explicando por fonte de recurso, José Anselmo fala que no relatório que trouxe está mencionado por fornecedor, mas que é possível fazer um por fonte de recurso, porém ficaria repetitivo. E menciona que talvez numa próxima reunião possa trazer o relatório impresso do outro modo para manejo e apreciação dos conselheiros. Diz ser interessante pedir a ele por escrito o relatório por fonte de recurso. Beth justifica a presença de Felipe

(Assessoria Jurídica), o convidou para a reunião pois estão com uma questão no judiciário, uma ação civil inicial, referente as subvenções, e lembra a todos que as subvenções só podem ser realizadas se esta for a maneira mais econômica para o município. Nos convênios 60% das vagas deverão ser reservadas para o público prioritário, crianças que estão em situação de vulnerabilidade social, encaminhadas pelos órgãos da Assistência Social. Ressalta o problema de as entidades não estarem cumprindo com o protocolo. Devem ser feitos estudos sociais e pareceres das próprias assistentes sociais do CRAS, CREAS referente essas crianças, e não apenas a entidade. A responsabilidade do município é o recurso de R\$580.000 para o CEACA. Tatiana (CRAS) menciona a lista de espera 2015/2016, de 94 crianças que solicitam vagas na entidade CEACA, relata que as assistentes sociais e psicóloga do CRAS fizeram um estudo social, e destas, 39 foram identificadas em vulnerabilidade social, porém 5 já estavam freqüentando a entidade, restando então 34 para estarem participando de atividades em contra turno ao período da escola. Beth menciona que em reunião com a entidade, foram garantidas 20 vagas no CEACA com o valor de 40.000 encaminhadas pelo CRAS e CREAS. Beth fala do prazo de adequação dos serviços de convivência e atualmente somente o CEACA trabalha a contra turno, e não está presente na reunião. Felipe (Assessoria Jurídica) diz ser interessante que a entidade esteja presente para discutir melhor e chegar a uma decisão. Beth lembra que tem o prazo para justificar ao judiciário até sexta-feira, portanto foi marcada uma reunião extraordinária do CMAS para sexta-feira (13 de maio de 2016) às 10:00h neste mesmo local: sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social, para que a entidade também possa estar presente para discutir a situação das crianças que não estão sendo atendidas. Felipe esclarece que o CEACA ingressou junto ao MP referente à redução das subvenções por parte da Prefeitura de Capivari de Baixo, e que necessita que enviem a ele a lista das crianças que necessitam de atendimento, pois a lista da entidade o conselho não tem como saber se é a realidade, portanto é necessário fazer um estudo pela própria rede. Ressalta ainda que existe uma ordem judicial a ser cumprida, o juiz determinou a Prefeitura que atendam estas crianças que estão aguardando. Seriam as 20+34, totalizando 54 crianças. Giovane ressalta que esse levantamento já deveria ter sido feito anteriormente, pois já existia uma lista de espera do CEACA. Felipe diz que por mais que a entidade tenha a capacidade para fazer a lista, deveria também ser feito pela rede do município. Felipe (Assessoria Jurídica) reforça que precisará de relatório por escrito com nomes de quais crianças não estão sendo atendidas para dar andamento aos procedimentos. No fim do ano passado a entidade CEACA teve que escolher quais crianças permaneceriam na entidade e quais teriam que sair. É dever do município atender as crianças em contra turno, mas atualmente somente o CEACA atende nessa modalidade. Beth esclarece que não é campo da Assistência Social o acompanhamento das crianças por psicopedagogo, isso já entraria na área da educação, assim como

o acompanhamento por psicólogo clínico, que entraria na área da saúde, diz que foi enviada uma nota técnica com 37 folhas justificando. Felipe (Assessoria Jurídica) diz que vai agravar e vai recorrer da decisão, mas enquanto vigente a decisão deverá ser cumprida até para que não ocorra o seqüestro de valor da Conta. Felipe fala que tem compromisso e se ausenta do restante da reunião. Mário (Escoteiros Carijós) inicia sua apresentação relatando que em outubro de 2015 foi aprovado o convênio entre o Grupo Escoteiros Carijós e a Prefeitura de Capivari de Baixo, o mesmo apresenta as atividades realizadas até o momento: o projeto seria para 10(dez) jovens encaminhados pelo CREAS, que inicialmente o projeto encerraria em dezembro, porém com o atraso dos recursos, os adolescentes ainda estão sendo atendidos. Em se tratando de um plano novo, tiveram que adaptar os horários das reuniões que inicialmente aconteciam na sede aos sábados pela manhã, porém já foram realizadas reuniões no CREAS. Foi depositado no início deste ano, no dia 19 de janeiro, o valor de R\$ 19.972,42 e foi continuado os trabalhos. O adolescente para participar dos escoteiros inicialmente é cadastrada, através de uma ficha que é enviada para Curitiba, onde o adolescente é cadastrado nacionalmente, após um período ela ganha um ano de seguro de vida, dentista. Porém alguns ainda se encontram em fase de registro. Mário menciona que compraram alguns materiais para fazer trabalhos de hortas, trabalhos manuais. E que pelos dados do CREAS o projeto superou as expectativas quanto à ressocialização dos adolescentes e que obteve bons resultados, dando um exemplo de um adolescente que queria mudar de vida e foi contratado para trabalhar com o irmão. Os instrutores foram contratados para o período de 4 (quatro) meses e já encerraram, inicialmente seriam instrutores de inglês e culinária, mas sendo adaptado a necessidade das crianças, trabalhos estes que serão apresentados com o fechamento do projeto, que esta previsto para ser em junho deste ano, quando terá uma festa de encerramento. Diz que o projeto foi interessante e fala em realizar a manutenção do projeto, hoje sendo o custo inferior, pois já tem os materiais, a sede, seriam mais custos com pessoal. Beth questiona Daniela (CREAS) e Mário (Escoteiros Carijós), se o público alvo tem interesse em participar do escotismo ou frequentaram apenas para cumprimento da medida? Mário fala da questão de horários e da necessidade de os adolescentes ajudarem na renda familiar, o diferencial do escotismo é o aprender fazendo, relata que ainda tem que aprimorar o atendimento devido aos diferentes motivos de os adolescentes estarem frequentando o grupo. Que estão se movimentando na questão de procurar apadrinhamento. Cita os motivos por não estarem mais aceitando crianças da “Casa Lar”, pois depois que saem não dão continuidade. E que as crianças do Serviço de Acolhimento já estão frequentando o grupo de Escoteiros. Beth ressalta que não estava ciente disso e da importância de regulamentar, pois os órgãos devem interagir por inteiro, são descentralizados e possuem autonomia para tomar suas decisões porém sempre respeitando as diretrizes, não pode pensar ações deslocadas para o serviço de convivência. E, nada

mais havendo a tratar-se, foi encerrada esta reunião. E, para constar, foi lavrada esta ata, que após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.